

Teocomunicação

Revista de Teologia da PUCRS

Programa de Pós-Graduação em Teologia
Escola de Humanidades

Porto Alegre, v. 49, n. 2, julho-dezembro 2019 e36103

 <http://dx.doi.org/10.15448/0103-314X.2019.2.36103>

DOSSIÊ: SANTIDADE E RESPONSABILIDADE PÚBLICA

Espaço Público e Vivência Da Santidade

Public Space and the Experience of Holiness

José Reginado Andrietta¹

RESUMO:

Esta reflexão sobre a vivência da santidade no espaço público, inspirada no Magistério da Igreja, especialmente na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, do Papa Francisco, sugere, sob a perspectiva de uma teologia praxiológica contextualizada, a compreensão de santidade muito além da espiritualidade pessoal. A santidade sob a perspectiva da mística cristã deve permear a vida em sociedade, supondo engajamento pastoral de cunho sócio-político, orientado pela primazia do Bem Comum, princípio fundamental da Doutrina Social da Igreja, que se contrapõe ao privilégio que nossa sociedade confere aos interesses particulares imiscuidos no espaço público. A “grande regra” para a vivência da santidade nesse espaço é a caridade, traduzida em ação política que visa estabelecer sistemas sociais e econômicos justos, sinais históricos do Reino de Deus, que é, também, escatológico.

Palavras-chave: Práxis. Pastoralidade. Bem Comum. Caridade. Política.

ABSTRACT:

This reflection about the experience of holiness in the public space, inspired by the Magisterium of the Church, especially in the Apostolic Exhortation *Gaudete et Exsultate*, by Pope Francis, suggests, from the perspective of a contextualized praxeological theology, the comprehension of holiness far beyond personal spirituality. Holiness from the perspective of Christian mysticism should permeate life in society, supposing pastoral engagement of socio-political nature, guided by the primacy of the Common Good, a fundamental principle of the Social Doctrine of the Church, which counteracts the privilege that our society confers to private interests involved in the public space. The “essential rule” for the experience of holiness in this space is charity, translated into political action that aims at establishing fair social and economic systems, historical signs of the Kingdom of God which is, also, eschatological.

Keywords: Praxis. Pastoralty. Common Good. Charity. Politics.

¹ Bispo Diocesano de Jales – SP, Brasil; Referencial da CNBB para a Pastoral Operária Nacional e Membro da Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora. E-mail: reginaldoandrietta@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2176-0899>



INTRODUÇÃO

“Quando a gente cuida da dor de alguém, Deus cuida da dor da gente”. Assim, pois, viver a santidade no espaço público é cuidar das dores de todos ou de muitos, com a certeza de que Deus cuida de nossa dor, decorrente da cruz que abraçamos ao adentrarmos nesse “espaço”, pois nele, o confronto com os “poderes deste mundo”, contrários ao projeto amoroso de Deus, é real.

Viver a santidade na vida pública é seguir uma “lógica misteriosa que não é deste mundo, mas ‘é a nossa lógica’, como dizia São Boaventura, referindo-se à cruz”. Assim conclui o Papa Francisco sua Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*². Desse modo, inicio minha reflexão sobre Espaço Público e Vivência da Santidade, guiando-me por sua sábia Exortação.

Nesta reflexão, defino espaço público. Trato-o como *locus teologicus* e espaço pastoral. Exponho o desafio de teologizar e pastoralizar o espaço público. Mostro o espaço público como lugar de ação pastoral sociopolítica. Apresento a relação entre Público, Privado e Bem Comum. Relaciono-os a problemas estruturais históricos, especialmente no contexto brasileiro. Discorro sobre a santidade nos moldes atuais. Explico o que entendo por espiritualidade santificadora e o que significa santificar o espaço público. Esclareço minha visão sobre pastoralidade pública. Finalizo minha exposição contextualizando alguns riscos apontados pelo Papa Francisco, a respeito da vivência da santidade, que se traduzem em desafios para aprofundamento desta reflexão.

1 O ESPAÇO PÚBLICO COMO *LOCUS TEOLOGICUS* E ESPAÇO PASTORAL

O que entendo por espaço público? Eu o conceituo como “lugar” de intersecção de indivíduos, na forma de “*Societas*”, pela qual estes constroem vínculos, tendo como base comum a titularidade de direitos, e na forma de “*Universitas*”, pela qual seus interesses se cruzam. Em suma, “*Societas*” e “*Universitas*” referem-se, respectivamente, à sociedade civil e à sociedade política. Considero, portanto, espaço público como sociedade civil e sociedade política interagindo-se.

Essa interação, que oscila entre entendimento e conflito, à medida que se torna campo de reflexão sob o prisma da fé cristã, se traduz em “*locus teologicus*”, e à medida que se busca testemunhar essa fé, portanto, vivenciá-la, se torna lugar pastoral. Discorro sobre esse tema e minha dissertação de mestrado em teologia pastoral, cujo título é “*Fides Quaerens Praxim*” (a fé em busca da práxis), afirmando o seguinte:

“A teologia pode ser verdadeiramente significativa se for contextual e praxiológica, a exemplo das Teologias da Libertação desenvolvidas em diferentes contextos mundiais, que não visam mudar o núcleo da doutrina cristã, senão reinterpretar o *depositum fidei* (depósito da fé) e a *traditio fidei* (tradição da fé) a partir de situações concretas às quais se dirigem, utilizando a ortopraxis como paradigma fundamental. A ortopraxis, neste caso, daria um status vivente à Escritura e à Tradição. De fato, as Teologias da Libertação colocam ênfase na interpretação da revelação, não como epifania teórica, senão como salto prático que muda o presente com vistas ao “futuro prometido”³.

² PAPA FRANCISCO. *Gaudete et exsultate* (GE), 174.

³ ANDRIETTA, José Reginaldo. *Fides Quaerens Praxim*, p. 85.

Clodovis Boff, teólogo brasileiro, propõe em seu livro *Teologia e Prática - Teologia do Político e suas Mediações*⁴, uma relação dialética entre ortodoxia e ortopraxia. Considero essa relação dialética a base de orientação para a intencionalidade de santidade na vida pública, afinal entendo que a santidade seja a fé colocada em prática. Portanto, nós, cristãos, temos como grande desafio, tanto teologizar como pastoralizar o espaço público.

2 TEOLOGIZAR E PASTORALIZAR O ESPAÇO PÚBLICO

O Concílio Vaticano II, na introdução da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no Mundo Atual, diz que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração” (GS 1). Assumo essa afirmação como fonte primária para a construção teológico-pastoral que apresento aqui sobre a santidade na vida pública.

A santidade é um tema essencialmente teológico-espiritual que, tratado sob o ponto de vista de sua vivência no espaço público, adquire um contorno, também, pastoral. É sob essa perspectiva que abordo o tema da santidade na vida pública. Considero que nesta temática imbricam-se realidade, teologia, mística e pastoralidade. Pressuponho, portanto, que santidade e pastoralidade se entrelaçam.

O campo de reflexão sobre santidade é, evidentemente, vasto. Não ousou me entranhar nele de forma sistemática, tanto quanto o próprio Papa Francisco, em sua Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, referência fundamental para a temática deste Congresso, evitou fazer “um tratado sobre a santidade, com muitas definições e distinções” (GE 2). Sigo seus passos. Procuo interpretar o que ele, humildemente, se propôs, ou seja, “fazer ressoar mais uma vez a chamada à santidade, procurando encarná-la no contexto atual” (GE 2), de modo específico no espaço público.

Interpreto que o Papa Francisco, ao contextualizar a vivência da santidade no espaço público, o faz numa perspectiva, especialmente pastoral, a partir de conceitos teológicos gestados desde o Vaticano II, no contexto latino-americano, especialmente da “Teologia do Povo”, própria do contexto argentino. Em minha humilde compreensão, noto que o Papa resgatou para a Igreja Universal o espírito da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi*, do Santo Padre, Papa Paulo VI, com o conceito de Evangelização que transforma as pessoas e a sociedade, no seu todo, por meio de uma práxis libertadora e humanizadora. Sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* o comprova e, também, evidencia muito bem o perfil pastoral da Igreja, que ele propõe.

Inspirado, pois, no magistério papal, conceituo pastoral como ação conjunta de toda a Igreja, com caráter evangelizador, frente à globalidade da realidade, particularmente as situações que geram sofrimentos humanos. Quais seriam as implicações práticas dessa conceituação? Nesse item, inspiro-me no que diz a *Gaudium et Spes*:

Para levar a cabo esta missão é dever da Igreja investigar a todo momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e futura, e da relação entre ambas. É, por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu carácter tantas vezes dramático (GS 4).

⁴ BOFF, Clodovis. *Teologia e Prática*.

Realmente, é dramático saber que no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), quase um bilhão de pessoas ainda passam fome e que a insegurança alimentar atinge dois bilhões de pessoas⁵. Os refugiados no mundo, chegam a quase 71 milhões, fenômeno esse causado sobretudo por conflitos e guerras⁶.

É dramático saber, também, que o Brasil é o 4º maior exportador mundial de armas⁷ e que o valor gasto somente em produção de armamentos em escala mundial, sem falar da sua comercialização, seria suficiente para erradicar a pobreza do mundo inteiro, assim como providenciar habitação razoável, segurança alimentar, água potável, condições sanitárias, eletricidade, educação e cuidados de saúde para todos. Mesmo assim, a produção de armamentos continua e por um motivo muito forte: o lucro e os interesses político-econômicos, sobretudo de grandes corporações. As contradições existentes em nosso mundo são exorbitantes. Os exemplos brasileiros nesse sentido, são abundantes e aviltantes.

As gravíssimas situações da humanidade, hoje, nos interpelam como pessoas cristãs e como Igreja? Evidentemente. Afinal, não há realidade alguma, verdadeiramente humana, que não encontre eco no coração de Deus, devendo, portanto, ecoar em nossos corações, em nossa consciência e na vida eclesial. Entendemos, por isso, as preocupações sociais da Igreja, traduzidas na forma de pensamento ou doutrina social, e de ações que se destinam a impactar o espaço público.

3 O ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DE AÇÃO PASTORAL SOCIOPOLÍTICA

O espaço público que eu conceituo a partir do termo grego *polis*, na forma de Cidade-Estado, tendo *civitas* como seu correspondente em latim, é espaço de ação pastoral sociopolítica cuja finalidade é o Bem Comum. Esse é um dos conceitos fundamentais da Doutrina Social da Igreja. Esse conceito originou-se no contexto da *polis* grega, na qual a “assembleia popular” realizada na “ágora” propiciava o exercício de um certo tipo de cidadania e democracia, com limites circunscritos ao contexto de então.

A democracia de hoje é diferente daqueles moldes. Temos novos valores. Temos, também, novos entraves, tais como a corrupção endêmica, que nos remete à reflexão sobre a relação entre bem público, bem privado e Bem Comum, e sobre problemas estruturais históricos a eles relacionados.

4 RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO, PRIVADO E BEM COMUM

No contexto moderno, o Público e o Privado relacionam-se, ora impondo-se um, ora outro, e ora equilibrando-se. O aparato jurídico-estatal regula suas relações. Qual é a medida fundamental de equilíbrio entre ambos? Por um lado, o Bem Comum. Por outro, a liberdade pessoal. Esta é inviolável. A propriedade privada, no entanto, é relativa. Aliás, a própria Constituição Brasileira que, em seu artigo 5º a define como um direito fundamental, a limita, considerando-a um direito não absoluto. Sobre ela pesa grave hipoteca social. Descumprida a função social que lhe é inerente, legitima-se a intervenção estatal na sua esfera dominial.

O Estado, que representa o interesse público, deve, portanto, salvaguardar o direito ao interesse privado, desde que esse interesse não se sobreponha ao Bem Comum. Utilizemos

⁵ Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Fome aumenta no mundo*.

⁶ Cf. RÁDIO SENADO FEDERAL. *ONU revela que refugiados chegam a quase 71 milhões de pessoas*.

⁷ Cf. UOL. *Brasil é o 4º maior exportador de armas do mundo*.

como exemplo, a água que consumimos diariamente. Até o hidrômetro, ela pertence ao domínio público. A partir do hidrômetro, ela se torna privada. No entanto, ela jamais deixa de pertencer ao Bem Comum. Por isso, a intervenção do Estado no seu domínio privado, se sua função social estiver sendo afetada, ainda que este domínio não esteja legislado, pode ser justa e necessária.

Por Bem Comum entende-se condições de vida compartilhadas; coexistência, cujos recursos, mesmo particulares, têm como finalidade o bem de todos, ou seja, tudo se destina ao bem de todos, sem distinção. Por isso, tudo e todos devem ter uma função social. Todos devem estar a serviço da coletividade. Ninguém está isento de colaborar para o Bem Comum, muito ao contrário, somos todos corresponsáveis pela vida e pelo destino da humanidade. Portanto, o Bem Comum tem primazia⁸.

No entanto, a luta por aplicar esse princípio, por exemplo, no contexto brasileiro, tem gerado confrontos de ordem política.

5 PROBLEMAS ESTRUTURAIS HISTÓRICOS

Na realidade, nossos grandes embates políticos atuais, são sintomas de problemas estruturais históricos. O Estado brasileiro foi constituído a partir de uma noção frágil de identidade pública, subserviente a interesses privados. Por isso, o poder estatal tem sido facilmente usurpado por oportunistas que atuam como testas de ferro de grandes grupos econômicos.

Atualmente, nossa nação, do ponto de vista político e social, desfaz-se de princípios constitucionais conquistados com ampla mobilização popular no último período de transição para a democracia, há pouco mais 30 anos. Não faltam os que, ingenuamente, defendem o autoritarismo militar, sem se darem conta das experiências macabras pelas quais já passamos.

O país, em lugar de avançar para uma democracia econômica, caminha para a reedição do capitalismo selvagem. Prova disso são as reformas dos últimos três anos, sem atenção às vozes contrárias de muitíssimos setores representativos da sociedade civil e até mesmo de órgãos públicos referenciais como a Procuradoria Geral do Trabalho, alertando sobre o regresso das relações trabalhistas ao contexto anterior à criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Fala-se em modernização. No entanto, retrocede-se aqui e em grande parte do mundo, a uma relação promíscua entre política e economia, denunciada de forma recorrente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Sua Nota sobre o Grave Momento Nacional de maio de 2017, se tornou significativa, ao afirmar que “a economia globalizada tem sido um verdadeiro suplício para a maioria da população brasileira, uma vez que dá primazia ao mercado, em detrimento da pessoa humana, e ao capital, em detrimento do trabalho”⁹.

Essa “economia sem coração” não está em função da coletividade humana. Ela se funda na liberdade e na concorrência de mercado que sacrifica vidas humanas. Essa lógica sacrificial foi explicitamente questionada por Jesus: “Ide, pois, e aprendei o que significa: ‘eu quero misericórdia e não sacrifício’” (Mt 9,13). Hoje, a classe trabalhadora tem sido imolada, ou seja, sacrificada no altar do “trabalho explorado” ou do “não trabalho”, em oferenda ao “deus capital”.

“Essa economia mata e revela que a raiz da crise é antropológica, por negar a primazia do ser humano sobre o capital”¹⁰. Assim diz a CNBB naquela Nota, inspirando-se na Exortação

⁸ ANDRIETTA, José Reginaldo. *Doutrina Social da Igreja*, p. 110.

⁹ CNBB. *Nota sobre o Grave Momento Nacional* (03 de maio de 2017).

¹⁰ CNBB. *Nota sobre o Grave Momento Nacional* (03 de maio de 2017).

Apostólica *Evangelii Gaudium*. Nela, o Papa Francisco refere-se a uma economia sem objetivo verdadeiramente humano. Impõe-se o livre mercado: uma ditadura disfarçada. Os próprios políticos, em sua maioria, negam o direito e o dever do Estado de velar pelo Bem Comum.

Ao eximirem o Estado de sua responsabilidade social, decretam traição aos propósitos para os quais, supostamente, foram eleitos. Por isso, a CNBB afirma naquela Nota de 2017: “aos políticos não é lícito exercer a política de outra forma que não seja para a construção do Bem Comum”¹¹. O fisiologismo de muitos partidos que defendem interesses particulares, em prejuízo do Bem Comum, gera questionamentos sobre a eficácia do sistema político fundado, excessivamente, no sistema partidário.

Cabe-nos, então, o questionamento: Qual democracia, realmente, temos? É uma democracia de interesses particulares que se sobrepõem aos interesses públicos, o que, evidentemente, é uma contradição. Por isso, vozes se levantam em prol de uma reforma radical do sistema político brasileiro. Como seria realizada? Pelo Congresso atual? Seria uma falácia. Por uma Constituinte específica para essa finalidade? Evidentemente, contanto que sua composição seja muito mais representativa de forças democráticas, capazes de colocar questões mais radicais sobre o sistema político, dependente, excessivamente, de partidos, e com todo o cuidado para não se retroceder nas definições constitucionais referentes aos direitos sociais.

A política, em sua origem, foi concebida na forma de democracia participativa em função do Bem Comum. Na modernidade, ela passou a ser elitista e concorrencial. Os partidos tendem a seguir essa lógica. Que tal, pois, uma reforma política radical que nos liberte dessa lógica? Sem essa radicalidade nossa democracia sairá de seu estado agonizante? Jamais!

Se as tensões intensas presentes na sociedade brasileira, manifestadas sobretudo no último período eleitoral e, na sua sequência, demonstram problemas gravíssimos, acumulados ao longo de nossa história, que devem ser sabiamente analisados e tratados, cabe-nos estudar profundamente esses problemas e unirmo-nos para solucioná-los, afinal, nosso destino comum está em jogo.

Soluções simplistas são, no mínimo, ingênuas. Por isso, devemos construir análises coletivas. Temos, hoje, a nosso favor, instrumentos que nos permitem partilhar facilmente informações, reflexões e propostas de ação, cuidando-nos em não cair na armadilha de crer no que é falso, preconceituoso, grosseiro e disseminador de conflitos, disfarçado, muitas vezes, de moralidade e religiosidade, como tem se mostrado no cenário político atual.

A moralidade é própria de todo ser humano e a religiosidade está enraizada em nossa cultura. Ambas têm se mostrado cruciais em nossa convivência social, especialmente nos momentos de escolha de nossos gestores públicos, por meio dos quais estão em jogo projetos societários. Como tratá-las? Estudando-as e compreendendo-as com profundidade para valeremo-nos delas de modo saudável.

A moralidade e a religiosidade são saudáveis se são humanizadoras. Para tal, não podem ser instrumentalizadas. O uso, por exemplo, da palavra de Cristo, “a verdade vos libertará” (*Jo* 8,32), como propaganda política, pode significar instrumentalização de linguagem religiosa para finalidades incongruentes com o sentido dado pelo próprio Cristo à verdade.

Por isso, palavras, atitudes e ações de todos os cidadãos e cidadãs, sobretudo dos que são autoridades públicas, devem ser criticamente analisadas, com respeito, mas sem timidez. Não deixemos, então, que a ingenuidade e o medo nos dominem. Cristo, dirigindo-se a seus discípulos, foi transparente a esse respeito: “Neste mundo vocês terão aflições, mas tenham coragem; eu venci o mundo” (*Jo* 16,33). Assim o disse, comunicando-lhes sua paz. “Cristo é a nossa paz” (*Ef* 2,14).

¹¹ CNBB. *Nota sobre o Grave Momento Nacional* (03 de maio de 2017).

Contradiz a Cristo, quem se diz cristão e dissemina o ódio. São João o diz em sua primeira carta: “Quem odeia seu irmão é assassino e vocês sabem que nenhum assassino tem em si a vida eterna” (1 Jo 3,15). Cristo, enfim, é a verdade que nos liberta até mesmo dos que pretendem apropriar-se dela. Por ser verdade e vida, Cristo é também caminho, sem dúvida exigente. Ele mesmo diz que o caminho da perdição é largo e o caminho que conduz à vida é estreito. Poucos são os que o encontram (cf. Mt 7,13-14) e o seguem.

6 A VIVÊNCIA DA SANTIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO

O caminho estreito é o caminho da santidade. Como esse caminho se apresenta no espaço público? “Para um cristão, não é possível imaginar a própria missão na terra, sem a conceber como um caminho de santidade, porque ‘a vontade de Deus é que sejais santos’ (1 Ts 4,3)” (GE 19). Assim diz São Paulo aos Tessalonicenses. Assim, também se pronuncia o Papa na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, sem pretender atribuir sinais de santidade exclusivamente à vida e ao testemunho de cristãos.

6.1 A SANTIDADE NOS MOLDES ATUAIS

Na *Alegrai-vos e Exultai*, o Papa diz:

Gosto de ver a santidade no povo paciente de Deus: nos pais que criam os seus filhos com tanto amor, nos homens e nas mulheres que trabalham a fim de trazer o pão para casa, nos doentes, nas consagradas idosas que continuam a sorrir. Nesta constância de continuar a caminhar dia após dia, vejo a santidade da Igreja militante. (GE 7).

O Papa enxerga sinais de santidade nas pessoas humildes do povo que participam da função profética de Cristo, referindo-se ao que afirma a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n. 12. O Espírito suscita sinais de sua presença, muito além do espaço eclesial. Os estilos de santidade são muito distintos. Estamos condicionados a pensar que santos são os que se afastam de ocupações comuns, dedicados muito tempo à oração. Assim diz o Papa: “Todos somos chamados a ser santos, vivendo com amor e oferecendo o próprio testemunho nas ocupações de cada dia, onde cada um se encontra” (GE 14), e ao que está investido de autoridade diz ele: “Sê santo, lutando pelo Bem Comum e renunciando aos teus interesses pessoais” (GE 14).

A primazia dos interesses pessoais nos condiciona ao individualismo e à autossuficiência. Nessa lógica, desconsideramos os outros e dispensamos a Deus. Qual é, então, a figura de santidade que Deus nos propõe? De pessoas que vivem sob o impulso de sua graça, amando como Cristo nos amou, entendendo que nossa missão no mundo se realiza a partir dele e com ele, sem equiparar santidade à perfeição. Importa identificarmo-nos com Cristo. Mas, atenção! O Papa nos alerta de que Cristo é inconcebível sem o Reino (cf. GE 25). Consequentemente, a Igreja é inconcebível sem sua missão na sociedade, portanto, no espaço público.

6.2 ESPIRITUALIDADE SANTIFICADORA

Qual é o perfil de espiritualidade que o Papa apresenta? Ele sugere dar o melhor de si, concebendo a vida como missão, evitando relegar a dedicação pastoral e o compromisso no mundo a uma posição secundária:

como se fossem ‘distrações’ no caminho da santificação (cf. *GE 27*). [...] [N]ão podemos propor-nos um ideal de santidade que ignore a injustiça deste mundo, onde alguns festejam, gastam folgadoamente e reduzem a sua vida às novidades do consumo, ao mesmo tempo que outros se limitam a olhar de fora, enquanto a sua vida passa e termina miseravelmente (*GE 101*).

O Papa apresenta a caridade como “grande regra” para a santidade, inspirando-se no texto sobre o juízo final do Evangelho de Mateus: “Vinde, benditos de meu Pai, tomai posse do Reino que vos está preparado desde a criação do mundo, porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era peregrino e me acolhestes; nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; estava na prisão e viestes a mim. (...) Todas as vezes que fizestes isso a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizestes.” (*Mt 25,34-36.40*).

Segundo o Papa Francisco, não se pode compreender nem viver a santidade, prescindindo destas exigências de Cristo, “porque a misericórdia é o ‘coração pulsante do Evangelho’” (*GE 97*). Ao evocar, também, as bem-aventuranças, como parâmetro de santidade, o Papa apresenta um programa de vida, compreendido por exegetas como Constituição do novo povo de Deus. Esta não substitui o Decálogo, mas lhe dá alma. É significativo saber que o Decálogo tem caráter constitucional. Ele apresenta de forma jurídico-espiritual, regras para a vida pessoal e social.

Em decorrência dessas beatitudes e normas, podemos compreender santidade como ética e estado de espírito pessoais, bem como estilo de sociedade. Sendo assim, cada pessoa é chamada a ser santa. A sociedade deve se estruturar, também, de modo santo.

Compreendemos, por isso, a ênfase dada por Jesus ao Reino de Deus. O termo Reino é do contexto político. O Reino que ele inaugurou é, evidentemente, histórico-societário, bem como escatológico. Por isso:

o estado de bem-aventurança eterna se apresenta com uma dádiva de Deus, que completa aquilo que não pudemos realizar com perfeição. A caridade, bilhete de entrada a esse Reino, não se traduz na política de conluio e foro especial, mas na ação política e/ou na reivindicação por políticas públicas que atendam aos interesses de toda a população. Afinal, quando somos capazes de lutar, por exemplo, por melhores condições de vida até mesmo para o nosso maior inimigo, estaremos exercendo a caridade em seu mais alto grau, atingindo a santificação pelo exercício da cidadania¹².

6.3 SANTIFICAR O ESPAÇO PÚBLICO

O exercício da responsabilidade cidadã é sinal de santidade. É fundamental recordar, a esse respeito, a afirmação dos Papas Pio XI e Paulo VI, retomada pelo Papa Francisco, afirmando que “a política é o grau mais alto da caridade”. A caridade, na visão do Papa, é mais do que algumas boas ações. Ela implica transformações sociais e estabelecimento de “sistemas sociais e econômicos justos” (*GE 99*).

¹² OTTAVIANI, Edélcio Serafím. *Cidadania e Santificação*.

Nesse sentido, merece destaque o que ele escreveu na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*:

A necessidade de resolver as causas estruturais da pobreza não pode esperar; não apenas por uma exigência pragmática de obter resultados e ordenar a sociedade, mas também para a curar de uma mazela que a torna frágil e indigna e que só poderá levá-la a novas crises. Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. (EG 202).

Enfrentar o mal enraizado em estruturas socioeconômicas e construir novas estruturas impregnadas de bem, implica santidade pessoal, coragem e lucidez. “Cada cristão, quanto mais se santifica, tanto mais fecundo se torna para o mundo” (GE 33). Por isso, diz o Papa: “não tenhas medo de te deixares guiar pelo Espírito Santo. A santidade não te torna menos humano, porque é o encontro da tua fragilidade com a força da graça” (GE 34). A santidade não tirará forças, nem vida, nem alegria. Muito pelo contrário, porque chegarás a ser o que o Pai pensou quando te criou e serás fiel ao teu próprio ser. Dependendo dele liberta-nos das escravidões e leva-nos a reconhecer a nossa dignidade.

6.4 A PASTORALIDADE PÚBLICA

O conceito de dignidade humana é um dos princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja, que dá sentido à sua atuação pastoral no espaço público. A Igreja vê no ser humano a imagem vivente do próprio Deus que se encarnou em Jesus Cristo para manifestar como o ser humano pode viver a plenitude de sua humanidade. Referindo-se a Cristo, o teólogo jesuíta João Batista Libânio, dizia, “por ser tão humano assim, Ele só podia ser Deus”.

Cada indivíduo humano é vocacionado a viver de maneira digna, não como coisa, mas como alguém. O Cardeal Belga, Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária Cristã Internacional (JOCI), dizia aos jovens trabalhadores e trabalhadoras de seu tempo, no século passado: “Vocês não são bestas, nem máquinas, mas filhos, colaboradores, herdeiros de Deus”; e mais: “cada jovem trabalhador e trabalhadora, vale mais do que todo o ouro do mundo”.

Embora a tradição judaico-cristã trate cada ser humano como imagem e filho de Deus, para enfatizar a sua infinita dignidade, sua absoluta dignidade não depende de qualificações, mesmo que sejam religiosas, pois é ontológica, ou seja, inerente à natureza humana. O Papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*, afirma que os direitos da pessoa derivam de sua própria dignidade natural. Seus direitos não podem, portanto, depender de uma outorga dada por instituições, como por exemplo o Estado.

Uma sociedade só pode ser justa se respeitar a dignidade da pessoa humana. De igual maneira, a dignidade da pessoa humana só pode ser alcançada por meio de uma sociedade justa. A pessoa humana, independentemente de sua etnia, situação econômica, social, cultural, moral, afetiva, sexual e religiosa é a razão de ser de todas as instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas.

Por isso, todas as instituições devem colocar-se a serviço dos direitos de cada e de todas as pessoas, tratando-as com igualdade. Por isso, também, com justiça, os Bispos da Igreja no Brasil, nas atuais Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, assumem como âmbito pastoral “todas as pessoas, especialmente quando feridas pelas marcas da cultura da morte”¹³.

¹³ CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023, p. 82.

O Filho de Deus, ao dizer que veio a este mundo “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10), e doando, realmente, sua vida, demonstrou um pastoreio contraposto aos mercenários de seu tempo e diferente dos reis, chefes de tribos e juizes, do Antigo Testamento. Muitas figuras políticas que deviam ter sido sinais da aliança com Deus, cuidando do povo, cuidaram, no entanto, de seus interesses particulares.

As denúncias contundentes às lideranças políticas, feitas pelos profetas e pelo próprio Cristo, este, de modo especial, mostrando a grande dificuldade para um rico entrar no Reino de Deus, deveriam dar o tom a nossa pastoral no espaço público, hoje? Certamente. No entanto, bastam questionamentos e denúncias, tais quais fazemos em nossas homilias, pelas redes sociais, pelos poucos meios de comunicação que temos acesso e por algumas manifestações?

Evidentemente, devemos ir além, pois aos nossos “discursos” contrapõem-se outros discursos, interpretações equivocadas e até *fakenews*. Como agir, então, no espaço público, de modo sempre mais coletivo, organizadamente, com estratégias pastorais inteligentes e eficientes, ou seja, com projetos sempre mais lúcidos e inclusivos, de curto, médio e longo prazo? Como, enfim, sermos pedagógicos no desenvolvimento desses projetos, para evitar que os pobres continuem a fazer opção pelos ricos, apesar da Igreja fazer opção pelos pobres?

7 CONTEXTUALIZAÇÃO PASTORAL

No contexto atual, a práxis deve ser preponderante ao discurso, pois a suspeita ideológica se tornou generalizada. O próprio Papa Francisco chama a atenção para “as ideologias que mutilam o coração do Evangelho”, referindo-se a dois erros nocivos: o erro dos cristãos que separam “as exigências do Evangelho do seu relacionamento pessoal com o Senhor”, transformando “o cristianismo em uma espécie de ONG” (GE 100); e “o erro das pessoas que vivem suspeitando do compromisso social dos outros, considerando-o algo de superficial, mundano, secularizado, imanentista, comunista, populista; ou então relativizam-no como se houvesse outras coisas mais importantes” (GE 101).

Essas afirmações do Papa condizem com dois riscos que ele chama de “dois inimigos sutis da santidade”: o neognosticismo e o neopelagianismo. Por um lado, o neognosticismo manifesta-se na forma de fechamento no campo subjetivo, “onde apenas interessa uma determinada experiência ou uma série de raciocínios e conhecimentos que supostamente confortam e iluminam”. Ele enclausura a pessoa no âmbito da imanência (GE 36). Por outro lado, o neopelagianismo se manifesta como tentação de atribuir centralidade ao esforço pessoal, deixando em segundo plano o mistério da graça. Trata-se da “vontade sem humildade”, sem reconhecimento do dom de Deus (cf. GE 55).

Para Francisco, “só a partir do dom de Deus, livremente acolhido e humildemente recebido, é que podemos cooperar com os nossos esforços para nos deixarmos transformar cada vez mais” (GE 56). Trata-se, pois, primeiramente, de “pertencer a Deus”. Ele nos antecipa. Oferecemos-lhe nossa luta, acolhendo e desenvolvendo em nós seu dom gratuito (cf. GE 56). Por isso, nossa vida deve ser, também, concebida como dom gratuito.

Esse é um pressuposto fundamental para a vivência da santidade no espaço público. Essa postura não é tão natural, é fruto da graça e não é nada fácil, pois num momento ou outro nos deparamos com incompreensões e perseguições. O discernimento orante torna-se, portanto, uma exigência para fortalecermo-nos no compromisso militante, tornarmo-nos resilientes e degustarmos a força de Deus em meio à fragilidade (cf. 2 Cor 12,10). Afinal é nos fracos que a força de Deus se manifesta plenamente. Resta-nos confiar no Senhor que nos diz: “Basta-te a minha graça” (2 Cor 2,9).

CONCLUSÃO

A vivência da santidade no espaço público é permeada de tensão. No entanto, é fonte de realização. A felicidade, segundo os parâmetros do Evangelho, é paradoxal, pois exige renúncias de si em função do Bem Comum. Assim é Reino de Deus. Ele é justiça, paz e alegria no Espírito Santo (cf. *Rm* 14,17). Ele requer generosidade, valor este, facilmente desprezado pela sociedade que propõe como modelo de vida o “rico insensato”, mencionado no Evangelho de Lucas, que acumulou riquezas, pretendo, agora, descansar e divertir-se. “Deus, porém, lhe disse: ‘Insensato! Ainda nesta noite vão tomar a tua vida. E o que acumulaste, para quem será? Assim acontece a quem ajunta tesouros para si mesmo, mas não se torna rico diante de Deus’” (*Lc* 12,20).

Essa parábola de Jesus sobre o rico insensato demonstra sua posição a respeito de um problema crucial no espaço público que é a acumulação de riquezas. Cristo a assinala como idolatria, ao dizer: “Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (*Mt* 6,24). O “dinheiro”, mencionado por Cristo, simboliza o capital que, ao longo da história, tem sido acumulado, tendo, hoje, um grau elevado de virtualidade.

Atualmente, o mercado financeiro é feito por dinheiro que gera dinheiro, sem lastro real. O capital, nessa forma, dá impressão de ser um “deus que gera a si mesmo”. Esse extremo resulta de uma economia sob a lógica da mercantilização total, fundada na exploração desenfreada dos recursos naturais e da mão-de-obra, cujo lucro é canalizado para a geração de mais lucro.

Como vivenciar a santidade no espaço público? Como, portanto, atuar pastoralmente nesse espaço diante desse problema? Esse é um desafio para todos os cristãos. É preciso, pois, que as igrejas cristãs assumam como missão fundamental promover uma “espiritualidade que mostre que o sentido último da vida humana não está em acumular mais riquezas e de ostentar altos e escandalosos padrões de consumo em um mundo onde bilhões de pessoas morrem de fome e de doenças associadas à pobreza”¹⁴. Essas igrejas devem fazer uma crítica à idolatria do mercado, à economia na sua forma neoliberal e à teologia da prosperidade. “É preciso que a teologia assuma a sua tarefa primordial de discernir e criticar as imagens falsas e idolátricas de Deus presentes em nossa sociedade nos mais diversos espaços e ambientes, como nas práticas e teorias econômicas”¹⁵.

Críticas, porém, não são suficientes. O que as igrejas cristãs podem, realmente, fazer, tomando em consideração sobretudo a hegemonia da cultura urbana, industrial e financeira globalizada? A Igreja Católica no Brasil, assume os desafios que emergem dessa “nova cultura”, afirmando em suas atuais Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, a necessidade de transformar nosso “sistema social e econômico que é injusto em sua raiz”¹⁶.

Ao vivermos a santidade, por conseguinte nossa ação evangelizadora no espaço público, como Igreja, temos, enfim, clareza de que “não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação”¹⁷. Deus nos conceda a graça de assumir essa missão santamente.

¹⁴ SUNG, Jung Mo. A presença pública da Igreja no espaço urbano, p. 29.

¹⁵ SUNG, Jung Mo. A presença pública da Igreja no espaço urbano, p. 28-29.

¹⁶ CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, *op. cit.*, p. 42.

¹⁷ PAPA PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*, p. 21.

REFERÊNCIAS

- ANDRIETTA, José Reginaldo. Doutrina Social da Igreja: História e Conceitos Fundamentais. *Cad. Fé e Cultura*, Campinas, v.2, n.2, p. 107-116. Jul./dez. 2017. <https://doi.org/10.24220/2525-9180v2n22017a4265>
- ANDRIETTA, José Reginaldo. *Fides Quaerens Praxim: Theological and Pastoral Dimensions of the Inquiry-action method for Leadership Training of Young Workers – Lessons Learned from the Young Christian Workers Tradition*. Research paper for the Master of Advanced Studies in Theology and Religious Studies. Leuven: Katholieke Universiteit Leuven, 2009.
- BOFF, Clodovis. *Teologia e Prática*. Teologia do Político e sua Mediações. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023. *Documentos da CNBB 109*. Brasília: Edições CNBB, 2019. <https://doi.org/10.19176/rct.v0i46.25026>
- CNBB. *Nota sobre o Grave Momento Nacional* (3 de maio de 2017). Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/presidencia-da-cnbb-faz-balanco-geral-da-55a-assembleia-geral-e-apresenta-nota-dos-bispos-sobre-o-momento-atual/>. Acesso em: 10 maio 2017. <https://doi.org/10.11606/d.8.2011.tde-26092011-122113>
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual (07/12/1965). Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 09 set. /2019. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190625795.003.0005>
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 15 set. 2019.
- OTTAVIANI, Edécio Serafim. *Cidadania e Santificação* (2018). Disponível em: <http://www.unifai.edu.br/palavra-do-reitor/cidadania-e-santificacao>. Acesso em: 02 out. 2019.
- PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate sobre a chamada à Santidade no mundo atual*. Brasília: Edições CNBB, 2018.
- PAPA PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi* (08/12/1975). São Paulo: Edições Loyola, 1976. <https://doi.org/10.17771/pucrio.acad.13973>
- RÁDIO SENADO FEDERAL. *ONU revela que refugiados chegam a quase 71 milhões de pessoas em 2018*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/onu-revela-que-refugiados-chegam-a-quase-71-milhoes-de-pessoas-em-2018>. Acesso em: 22 set. 2019. <https://doi.org/10.11606/d.7.2018.tde-24092018-164624>
- SUNG, Jung Mo. A presença pública da Igreja no espaço urbano. In: PINTO DE CASTRO, Clovis. *Pastoral Urbana: presença pública da Igreja nas áreas urbanas*. São Bernardo do Campo: Editeo/Universidade Metodista de São Paulo, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.2358-792x.v16i0p63-108>
- UOL. *Brasil é o 4º maior exportador de armas do mundo*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/07/08/brasil-e-o-4-maior-exportador-de-armas-do-mundo.htm>. Acesso em: 02 out. 2019. <https://doi.org/10.17771/pucrio.acad.24885>

Recebido: 24/10/2019

Aceito: 26/11/2019

Publicado: 29/12/2019

Endereço:

Dom José Reginaldo Andrietta

Rua Vinte 3061 – Centro – CEP 15700-118 Jales – SP, Brasil.